



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008282-39.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Lançamento**
 Embargante: **Cooperativa Agrícola Mista Vale do Mogi Guaçu**
 Embargado: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Cooperativa Agrícola Mista Vale do Mogi Guaçu opõe embargos à execução fiscal nº 566.01.2010.004856-0, que lhe move a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Sustenta que os créditos tem origem em AIIM nº 305.469 0, em que foram lançados ICMS que a embargante teria deixado de recolher a pretexto de as notas fiscais indicarem como destino das mercadorias a Zona Franca de Manaus, sem que, entretanto, tenha se produzido qualquer prova de que elas efetivamente ingressaram naquela região. Sustenta a embargante (a) que está comprovada a transação comercial de venda de mercadorias com destino à Zona Franca de Manaus (b) que as compras se deram no regime FOB, com a retirada das mercadorias na porta do estabelecimento da embargante (c) que os estabelecimento compradores, à época das transações, nenhuma irregularidade apresentavam, pois eram sediados em Manaus e registrados no SUFRAMA (d) que a embargante contratou de boa-fé e nenhum controle tinha, justamente pela adoção da cláusula FOB, no tocante ao encaminhamento das mercadorias a seu destino (e) que por tal razão não pode responder, seja pelo tributo, seja pela multa.

Embargos recebidos com efeito suspensivo, às fls. 242.

Impugnação às fls. 247/296, em que a embargada alega, preliminarmente, a intempestividade dos embargos, vez que o representante legal da embargante foi intimado da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

penhora em 28/06/2013, entretanto os embargos somente foram ofertados em 12/08/2015, e, no mérito, sustenta (a) que a isenção do ICMS, para o caso em debate, depende da comprovação do ingresso das mercadorias na Zona Franca de Manaus, nos termos do art. 84 do Anexo I do RICMS/00, através de documentação emitida pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa -, ônus do qual não se desincumbiu a embargante (b) que a legislação tributária dispendo sobre isenção interpreta-se literalmente, nos termos do art. 111, II do Código Tributário Nacional (c) que é irrelevante a discussão pertinente à boa-fé da embargante, à cláusula FOB ou à idoneidade dos compradores.

Sobre a impugnação manifestou-se a embargante, às fls. 387/400.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Tem-se que acolher a preliminar de intempestividade dos embargos, porque às fls. 302/306 observamos que a embargante foi intimada de uma primeira penhora em 30 de abril de 2013, a partir de quando correu o prazo de 30 dias para o oferecimento dos embargos, nos exatos termos do art. 16, III da Lei de Execução Fiscal.

Os presentes embargos, porém, foram ofertados muito tempo depois de transcorrido o prazo previsto em lei para o seu oferecimento.

Ocorreu a preclusão temporal.

Cumpr frisar que, consoante decidido pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça em acórdão submetido ao regime dos recursos repetitivos, "o termo inicial para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada aos autos do mandado cumprido" (REsp 1112416/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 1ªS, j.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

27/05/2009, DJe 09/09/2009).

Saliente-se que "a LEF não exige que do mandado de intimação da penhora conste o prazo para resposta (art. 12, Lei 6.830/80)" de modo que a simples irregularidade "não acarreta nulidade" (REsp 447.296/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 18/03/2004, DJ 17/05/2004, p. 175).

Inequívoca a ocorrência da preclusão, não se reabrindo o prazo para embargos apenas pelo fato de, posteriormente, ter havido uma segunda penhora.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
 (...) O prazo para oposição de embargos do devedor em sede de execução fiscal deve ser contado a partir da intimação da primeira penhora, não sendo reaberto pelo mero reforço, substituição ou redução da garantia (...) (Ap. 0012603-06.1997.8.26.0554, Rel. Prado Pereira, 12ª Câmara de Direito Público, j. 21/05/2008)

E, de forma contundente e didática, o Superior Tribunal de Justiça:

EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. PRAZO A CONTAR DA DATA DA INTIMAÇÃO DA PENHORA, NOS TERMOS DO ART. 16, INCISO III, DA LEI Nº 6.830/80. INADMISSIBILIDADE DA CONTAGEM A PARTIR DA AVALIAÇÃO DO BEM PENHORADO. DECISÃO QUE NÃO ACOLHEU OS EMBARGOS POR INTENESTIVOS MANTIDA. "Intimada a executada da penhora, a partir daí começa a correr o prazo para apresentação dos embargos do devedor. Essa penhora deve ser suficiente para a satisfação do débito, não importa. Pode ser excessiva, não importa. Pode ser ilegítima, como no caso de constrição sobre bens impenhoráveis, também não importa. Na primeira hipótese a penhora poderá ser ampliada. Na segunda, poderá ser reduzida. Na terceira, poderá ser substituída. Em qualquer dos três casos, haverá intimação do executado, mas o prazo para a apresentação dos embargos inicia-se da intimação da primeira penhora, mesmo que seja insuficiente, excessiva ou ilegítima, e não da sua ampliação, redução ou substituição" (Acórdão recorrido, fl. 87). Recurso especial não conhecido. Decisão por unanimidade de votos. (REsp 244.923/RS, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, 2ªT, j. 16/10/2001)

Trata-se, veja-se, de entendimento pacífico naquela Corte Superior: AgRg no REsp 626.378/PR, Rel. Min. DENISE ARRUDA, 1ªT, j. 17/10/2006; REsp 653.621/RJ, Rel. Min.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CASTRO MEIRA, 2ªT, j. 04/10/2005; AgRg no Ag 538.713/SC, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1ªT, j. 19/08/2004; REsp 109.327/GO, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, 4ªT, j. 20/10/1998; REsp 125.469/RS, Rel. Min. ADHEMAR MACIEL, 2ªT, j. 04/12/1997.

Ante o exposto, JULGO EXTINTO este processo de embargos à execução, por sua intempestividade, com fulcro no art. 485, IV do Novo Código de Processo Civil, condenando a embargante nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios.

Quanto aos honorários advocatícios, nos termos do § 4º, III do Novo Código de Processo Civil, incidem sobre o valor atualizado da causa.

O valor atualizado da causa, pelo INPC, corresponde a R\$ 372.254,41, entre 200 e 2.000 salários mínimos.

São arbitrados, em atenção aos parâmetros dos incisos do § 2º do art. 85, e à regra do § 5º do mesmo dispositivo, da seguinte forma (a) sobre R\$ 176.000,00, ou 200 salários mínimos, no percentual de 10%, correspondente a R\$ 17.600,00 (b) sobre o que excedeu R\$ 176.000,00, ou seja, R\$ 196.254,41, no percentual de 8%, ou seja, R\$ 15.700,36.

Os honorários correspondem, pois, nesta data, a R\$ 33.300,36.

P.R.I.

São Carlos, 29 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**